

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A
SENSIBILIZAÇÃO DISCENTE
– ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA MUNICIPAL
BRIGADEIRO EDUARDO
GOMES, SANTARÉM, PARÁ,
BRASIL**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE AMAZON: CONTRIBUTIONS TO
STUDENT SENSITIVITY – CASE STUDY AT BRIGADEIRO EDUARDO GOMES
MUNICIPAL SCHOOL, SANTARÉM, PARÁ, BRAZIL**

Ciências Humanas • 17/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783980035](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783980035)

Eulina Christyane Araújo Rocha¹

Marcelo Almeida Gomes²

Márcia Sabrina Lima de Aguiar³

Thiago Ruviaro Silva Azevedo⁴

Willhison dos Santos Sousa⁵

Lourdes Oliveira da Silva⁶

Maria das Graças Ferreira⁷

Elton Raniere da Silva Moura⁸

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados das ações extensionistas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com o objetivo de promover a sensibilização ambiental e fortalecer a construção da consciência ecológica de estudantes no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no município de Santarém, Pará, tendo como público-alvo alunos do ensino fundamental. A metodologia adotada fundamentou-se na perspectiva da ação-reflexão, por meio da realização de palestras interativas, rodas de conversa e atividades educativas voltadas à discussão de temas relacionados à preservação ambiental, sustentabilidade e cidadania. As ações buscaram estimular a participação ativa dos estudantes, favorecendo a reflexão crítica sobre os problemas socioambientais presentes em seu cotidiano e a adoção de práticas mais responsáveis em relação ao meio ambiente. Os resultados obtidos evidenciaram impactos positivos no processo de aprendizagem e conscientização dos participantes, destacando-se o envolvimento de um grupo de 15 estudantes, denominado “Formiguinhas”, que passou a atuar como agente multiplicador das ações de educação ambiental junto aos demais colegas. Observou-se ainda o aumento do interesse dos alunos pelas questões ambientais, bem como o fortalecimento de atitudes e comportamentos voltados à conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade do ambiente escolar. Conclui-se que a educação ambiental constitui uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a sustentabilidade, reforçando a necessidade de sua inserção contínua e transversal nas práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Educação Ambiental; Conscientização Ambiental.

ABSTRACT

This work presents the results of outreach activities developed by the Environmental Education Research and Extension Group (GEPEEA) at the Federal University of Western Pará (UFOPA), with the aim of promoting environmental awareness and strengthening the ecological consciousness of students in the school environment. The research was conducted at the Brigadeiro Eduardo Gomes Municipal School, located in the municipality of Santarém, Pará, targeting elementary school students. The methodology adopted was based on the action-reflection perspective, through interactive lectures, discussion groups, and educational activities focused on discussing topics related to environmental preservation, sustainability, and citizenship. The actions sought to stimulate the active participation of students, encouraging critical reflection on the socio-environmental problems present in their daily lives and the adoption of more responsible practices in relation to the environment. The results obtained showed positive impacts on the learning and awareness process of the participants, highlighting the involvement of a group of 15 students, called "Little Ants," who began to act as multipliers of environmental education actions among their peers. Furthermore, an increase in student interest in environmental issues was observed, as well as a strengthening of attitudes and behaviors geared towards the conservation of natural resources and the improvement of the quality of the school environment. It is concluded that environmental education constitutes an essential tool for the formation of critical, conscious citizens committed to sustainability, reinforcing the need for its continuous and transversal inclusion in the pedagogical practices

developed in the school context.

Keywords: Environment; Environmental Education; Environmental Awareness.

1. INTRODUÇÃO

As crescentes transformações ambientais decorrentes da intensificação das atividades humanas têm ampliado os debates sobre a necessidade de construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com o meio ambiente. Nesse contexto, a Educação Ambiental destaca-se como um importante instrumento de formação cidadã, capaz de promover mudanças de atitudes, valores e comportamentos voltados à conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida das populações. Mais do que a transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente, a Educação Ambiental busca desenvolver a sensibilidade, a reflexão crítica e a corresponsabilidade socioambiental dos indivíduos, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de intervir positivamente na realidade em que estão inseridos.

No Brasil, a Educação Ambiental encontra respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 225, assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. O referido dispositivo constitucional estabelece que tanto o Poder Público quanto a coletividade possuem o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Além disso, em seu § 1º, inciso VI, determina expressamente a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação ambiental, evidenciando que a formação ambiental da

população constitui não apenas uma necessidade social, mas também um dever constitucional.

Complementando esse marco normativo, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, define a Educação Ambiental como os processos por meio dos quais indivíduos e coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e para a promoção da sustentabilidade. Sob essa perspectiva, a Educação Ambiental assume um papel estratégico na construção de uma cultura de responsabilidade ambiental, especialmente no espaço escolar, considerado um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas transformadoras.

A escola, enquanto instituição formadora, possui relevante função na promoção de experiências educativas capazes de estimular a participação ativa dos estudantes na compreensão e no enfrentamento dos problemas socioambientais. Entretanto, apesar dos avanços legais e pedagógicos observados nas últimas décadas, ainda se verifica a necessidade de fortalecer ações permanentes de Educação Ambiental que ultrapassem abordagens meramente teóricas e promovam o envolvimento efetivo dos alunos com as questões ambientais presentes em seu cotidiano. Nesse sentido, emerge a seguinte questão norteadora: de que maneira as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no ambiente escolar podem contribuir para a sensibilização e para a construção da consciência ambiental dos estudantes?

Partindo dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições das ações de Educação Ambiental

para o desenvolvimento da sensibilidade e da consciência ambiental de estudantes da Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no município de Santarém, estado do Pará, Brasil. Especificamente, busca-se identificar as percepções dos alunos acerca das questões ambientais, promover atividades educativas voltadas à sustentabilidade e avaliar os impactos dessas ações no processo de conscientização e engajamento dos participantes.

A pesquisa está vinculada às atividades de extensão desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na abordagem ação-reflexão, desenvolvida por meio de palestras interativas, rodas de conversa, atividades educativas e ações participativas voltadas à temática ambiental. O público-alvo foi constituído por estudantes da Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, que participaram ativamente das atividades propostas, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e a reflexão crítica acerca da relação entre sociedade e meio ambiente.

Os resultados preliminares evidenciam avanços significativos no envolvimento dos estudantes com as questões ambientais, destacando-se a formação de um grupo de alunos denominado “Formiguinhas”, composto por quinze participantes que passaram a atuar como multiplicadores das ações de Educação Ambiental junto à comunidade escolar. Observou-se, ainda, o fortalecimento da consciência ambiental, o aumento do interesse dos estudantes pelas temáticas socioambientais e o desenvolvimento de atitudes mais responsáveis em relação à preservação dos recursos naturais. Tais resultados reforçam a importância da inserção contínua da

Educação Ambiental no cotidiano escolar, evidenciando seu potencial como instrumento de transformação social e de formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e com a conservação do meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental constitui um campo de conhecimento, prática social e ação política que se consolidou historicamente como resposta à intensificação da crise socioambiental contemporânea (LOUREIRO, 2012; CARVALHO, 2012). Tal crise não pode ser compreendida apenas como resultado de desequilíbrios ecológicos isolados, mas como expressão de um modelo civilizatório baseado na exploração intensiva da natureza, na racionalidade econômica produtivista, no consumo crescente e na separação moderna entre sociedade e natureza (LEFF, 2001). Nesse sentido, a Educação Ambiental emerge como uma dimensão formativa indispensável para a construção de novas formas de percepção, pertencimento, responsabilidade e intervenção diante dos problemas ambientais.

No cenário internacional, os debates sobre Educação Ambiental ganharam maior densidade a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, quando a questão ambiental passou a ocupar lugar estratégico na agenda política global (UNESCO, 1977; LOUREIRO, 2012). Posteriormente, a Conferência de Tbilisi, promovida em 1977 pela UNESCO e pelo PNUMA, tornou-se um marco fundamental ao estabelecer princípios, objetivos e diretrizes para a Educação Ambiental, defendendo sua abordagem interdisciplinar, permanente, participativa e orientada para a resolução de problemas concretos (UNESCO, 1977). A partir desse momento, a

Educação Ambiental passou a ser compreendida não como uma disciplina isolada, mas como um processo educativo contínuo, capaz de integrar conhecimentos científicos, valores éticos, participação social e transformação de atitudes.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, ampliou essa compreensão ao inserir a Educação Ambiental no horizonte da sustentabilidade e da cidadania planetária. A Agenda 21, documento resultante da conferência, reforçou a importância da educação como instrumento de mobilização social, mudança cultural e construção de sociedades sustentáveis. Autores como Leff (2001), Sauvé (2005), Carvalho (2012), Loureiro (2012), Jacobi (2003) e Reigota (2009) destacam que a Educação Ambiental deve ir além da simples transmissão de informações ecológicas, assumindo uma perspectiva crítica, política e emancipatória, capaz de problematizar as relações entre sociedade, economia, cultura, território e natureza.

Nessa direção, Enrique Leff (2001) contribui de forma decisiva ao afirmar que a crise ambiental é, antes de tudo, uma crise do conhecimento e da racionalidade dominante. Para o autor, a degradação ambiental decorre de uma racionalidade econômica que fragmenta o mundo, reduz a natureza a recurso e subordina a vida à lógica da produtividade. Assim, a Educação Ambiental precisa promover uma racionalidade ambiental, fundada no diálogo de saberes, na diversidade cultural, na complexidade dos sistemas socioecológicos e na reconstrução ética das relações entre humanidade e natureza. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto amazônico, onde a compreensão dos problemas ambientais exige considerar a interação entre

biodiversidade, povos tradicionais, urbanização, conflitos territoriais, desigualdades sociais e modos de vida locais.

Lucie Sauvé (2005), por sua vez, ao analisar as diferentes correntes da Educação Ambiental, demonstra que o campo é plural e atravessado por distintas concepções: naturalista, conservacionista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, crítica, biorregionalista, prática, entre outras. Essa diversidade evidencia que a Educação Ambiental não se limita a ensinar conteúdos sobre ecologia, reciclagem ou preservação, mas envolve diferentes formas de compreender o ambiente, o ser humano e a sociedade. Para a autora, uma Educação Ambiental consistente deve favorecer a construção de vínculos de identidade com o lugar, estimular a participação coletiva e promover o compromisso  tico com a vida.

No Brasil, a Educação Ambiental possui trajetória fortemente associada aos debates sobre redemocratização, cidadania, justiça social e defesa dos bens comuns. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelece o dever do Poder Público e da coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Ao determinar a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, a Constituição consagra a formação ambiental como direito social e dever público, articulando meio ambiente, educação e cidadania.

Esse marco foi aprofundado pela Lei n  9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. A referida lei define a Educação Ambiental como os processos por meio dos quais indivíduos e coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do

meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Um aspecto central da legislação brasileira é o reconhecimento da Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal.

Entretanto, a existência de marcos legais não garante, por si só, a efetivação de práticas educativas transformadoras. Conforme aponta Loureiro (2012), a Educação Ambiental crítica não pode ser reduzida a campanhas pontuais, datas comemorativas ou ações comportamentais descontextualizadas, devendo ser compreendida como prática educativa voltada à formação de sujeitos históricos, capazes de interpretar a realidade, compreender as contradições socioambientais e atuar coletivamente na transformação das condições de vida. Para o autor, a Educação Ambiental possui dimensão política porque envolve disputas de valores, projetos de sociedade e formas de apropriação da natureza.

Essa compreensão aproxima-se profundamente do pensamento de Paulo Freire (1996), para quem a educação deve ser um processo dialógico, problematizador e emancipador. Freire rejeita a educação bancária, centrada na transmissão mecânica de conteúdos, e propõe uma pedagogia fundada na escuta, no diálogo, na autonomia e na leitura crítica do mundo. Aplicada à Educação Ambiental, essa perspectiva indica que os estudantes não devem ser tratados como receptores passivos de informações sobre o meio ambiente, mas como sujeitos capazes de interpretar sua realidade, identificar problemas presentes em seu cotidiano e participar da construção coletiva de alternativas.

Nesse sentido, a ação-reflexão, inspirada na pedagogia freireana, constitui fundamento metodológico relevante para práticas de Educação Ambiental no espaço escolar. A reflexão sobre os problemas ambientais precisa estar articulada à ação concreta, pois é por meio da práxis que os sujeitos ampliam sua consciência crítica e se reconhecem como capazes de transformar a realidade. Assim, rodas de conversa, palestras interativas, dinâmicas educativas, projetos coletivos e ações de intervenção no ambiente escolar podem assumir papel formativo importante quando orientados por uma perspectiva participativa, dialógica e contextualizada.

A escola, nesse contexto, ocupa posição estratégica, considerando que não é apenas um espaço de escolarização formal, mas um território de sociabilidade, construção de identidades, circulação de saberes e formação cidadã. Para Reigota (2009), a Educação Ambiental deve possibilitar que os sujeitos compreendam as relações entre sociedade e natureza a partir de suas experiências concretas, reconhecendo o ambiente como espaço vivido, produzido e transformado pelas ações humanas. Dessa forma, a escola torna-se um lugar privilegiado para problematizar práticas cotidianas, como o descarte inadequado de resíduos, o desperdício de água, a degradação de áreas verdes, a poluição urbana, as queimadas, a perda de biodiversidade e a ausência de corresponsabilidade coletiva.

No entanto, para que a Educação Ambiental exerça efetivamente seu potencial transformador, é fundamental superar práticas pontuais, desarticuladas e fragmentadas. Projetos isolados, embora relevantes, tendem a ter alcance limitado quando não se articulam ao Projeto Político-Pedagógico da escola, ao currículo, à gestão escolar, à comunidade e às práticas cotidianas da instituição.

Carvalho (2012) destaca que a formação do sujeito ecológico exige experiências educativas continuadas, capazes de articular conhecimento, sensibilidade, ética e ação política. O sujeito ecológico não é apenas aquele que conhece conceitos ambientais, mas aquele que incorpora uma postura crítica diante da realidade e assume responsabilidade pela construção de formas mais sustentáveis de viver.

A noção de sensibilização ambiental, central para este estudo, deve ser compreendida como processo mais amplo do que a simples conscientização informativa. Quando os alunos são convidados a observar sua escola, identificar problemas, dialogar sobre suas causas e propor soluções, o conhecimento deixa de ser abstrato e passa a ter sentido concreto. O ambiente escolar transforma-se em laboratório vivo de cidadania ambiental. Jacobi (2003) argumenta que a Educação Ambiental deve promover corresponsabilidade, participação e construção coletiva de soluções, especialmente diante da complexidade dos problemas ambientais urbanos e territoriais. A aprendizagem social ocorre quando os sujeitos aprendem uns com os outros, compartilham experiências, negociam sentidos e constroem práticas comuns. No contexto escolar, isso significa reconhecer que a mudança ambiental não depende apenas de conteúdos curriculares, mas de relações, vínculos, exemplos, participação e continuidade das ações.

No contexto amazônico, essa discussão adquire especial relevância. A Amazônia é frequentemente representada por sua riqueza natural, biodiversidade e importância climática global, mas também é território de conflitos socioambientais, pressões econômicas, desigualdades urbanas, queimadas, desmatamento, precarização de serviços públicos e vulnerabilidades sociais (BECKER, 2005; PORTO-

GONÇALVES, 2006). Desenvolver Educação Ambiental na Amazônia exige, portanto, reconhecer que os estudantes vivem em um território complexo, onde os problemas ambientais não são distantes ou abstratos, mas atravessam diretamente o cotidiano das comunidades, das escolas e das famílias.

Santarém, localizada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, expressa essa complexidade amazônica ao reunir riqueza hídrica, biodiversidade, expansão urbana, importância regional e desafios socioambientais. Nesse contexto, a Educação Ambiental escolar deve valorizar o pertencimento territorial e os saberes locais, estimulando os estudantes a compreenderem a relação entre seu modo de vida, o ambiente escolar, a cidade, os rios, as florestas e os problemas ambientais que afetam a qualidade de vida da população. A abordagem territorializada torna o processo educativo mais significativo, pois conecta o conhecimento escolar às experiências concretas dos alunos.

A inserção da universidade nesse processo, por meio de ações extensionistas, fortalece ainda mais a função social da Educação Ambiental. A extensão universitária, quando orientada pelo diálogo e pela troca de saberes, permite aproximar conhecimento acadêmico e realidade escolar, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a construção de soluções contextualizadas (FREIRE, 1977). Nessa perspectiva, a parceria entre universidade, escola e comunidade não deve ser vista como uma intervenção vertical, mas como processo colaborativo, no qual todos os sujeitos envolvidos aprendem, contribuem e se transformam.

3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no âmbito das ações extensionistas do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (GEPEEA), vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), tendo como lócus de investigação a Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no município de Santarém - PA, Brasil. O público participante foi constituído por estudantes do ensino fundamental, incluindo um grupo de quinze alunos que, ao longo do desenvolvimento das atividades, passou a atuar como agente multiplicador das ações educativas ambientais realizadas na instituição. O presente estudo utilizou da abordagem qualitativa, uma vez que buscou-se compreender os fenômenos sociais e educacionais a partir das percepções, experiências e interações dos sujeitos envolvidos no processo investigativo.

Como subsídio metodológico, adotou-se a pesquisa-ação, por articular a produção de conhecimento à intervenção prática na realidade social, mediante a participação ativa dos pesquisadores e dos sujeitos envolvidos na busca de soluções para problemas coletivos (THIOLLENT, 2011). Nessa perspectiva, a investigação fundamentou-se ainda na abordagem ação-reflexão, inspirada em Freire (1996), que concebe a educação como um processo dialógico e emancipador, capaz de promover a consciência crítica e a participação dos educandos na construção do conhecimento.

A produção dos dados ocorreu por meio da realização de palestras interativas, rodas de conversa, dinâmicas educativas e atividades participativas voltadas à temática ambiental. Essas estratégias metodológicas buscaram estimular a participação ativa dos estudantes, favorecendo a problematização das questões socioambientais presentes em seu cotidiano e a construção coletiva de conhecimentos relacionados à sustentabilidade, conservação

ambiental e cidadania. A Educação Ambiental crítica deve promover espaços de diálogo e reflexão que possibilitem aos sujeitos compreenderem sua inserção nos problemas ambientais e sua capacidade de transformação da realidade (LOUREIRO, 2012).

A análise dos resultados baseou-se na observação das interações e do nível de participação dos estudantes durante as atividades desenvolvidas, permitindo identificar mudanças na percepção e no engajamento em relação às questões ambientais. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou compreender os impactos das ações educativas na formação da consciência ambiental e no fortalecimento de atitudes voltadas à preservação do meio ambiente.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a ausência de registros fotográficos das atividades desenvolvidas. Entretanto, tal limitação não compromete a análise dos resultados, uma vez que as observações realizadas durante as ações e os registros descritivos permitiram avaliar o envolvimento dos participantes e os impactos educativos alcançados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Escolar (GEPEEA) foram realizadas na Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes, localizada no município de Santarém, estado do Pará. Santarém situa-se na região oeste paraense e destaca-se por sua relevância histórica, cultural, econômica e ambiental na Amazônia brasileira.

Figura 1. Imagem aérea do município de Santarém, localizado no estado do Pará



Fonte: Agência Santarena/arquivo (2026)

O município encontra-se estrategicamente localizado na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, possuindo uma extensa riqueza natural caracterizada por florestas, rios, igarapés e uma significativa biodiversidade. Santarém é o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado do Pará. A cidade é uma das mais antigas da região amazônica e se constituiu como uma das mais importantes também. Cidade do interior com características de cidade grande, é a sede da Região Metropolitana de Santarém, o segundo maior aglomerado urbano do Pará (SOUSA, 2026).

A primeira atividade do projeto foi realizada no dia 18 de junho de 2019, às 15 horas, na Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes. Na ocasião, a equipe do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Escolar (GEPEEA) foi recebida pela gestão escolar de forma acolhedora e receptiva, fator que contribuiu significativamente para o estabelecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento das ações previstas pelo projeto. Inicialmente, ocorreu uma reunião com a equipe gestora da instituição, na qual foram discutidos aspectos relacionados à realidade escolar, às demandas educacionais existentes e às possibilidades de inserção da temática ambiental no cotidiano da

escola. Esse momento constituiu uma etapa fundamental para o diagnóstico inicial e para o alinhamento das expectativas entre a equipe executora e a comunidade escolar, possibilitando a construção de um trabalho pautado na cooperação e no diálogo.

Na sequência, foi realizada a apresentação detalhada do plano de atividades do projeto. Durante esse momento, foram expostos os objetivos gerais e específicos da proposta, a metodologia a ser adotada, as ações previstas, o cronograma de execução e os resultados esperados. Também foram discutidas as razões que justificam a inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar, destacando-se seu papel na formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente. A apresentação permitiu que a equipe gestora compreendesse a relevância do projeto e contribuísse com sugestões para adequar as ações à realidade da escola. Além disso, foi definida, em comum acordo, a realização de uma palestra interativa destinada aos alunos, atividade que marcou o início das ações educativas diretamente voltadas ao público estudantil.

A interação entre a escola e o GEPEEA mostrou-se essencial para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental. A construção dessa parceria favoreceu o planejamento participativo das atividades e fortaleceu o compromisso institucional com a temática ambiental. Autores como Reigota (2009) reforça que a escola deve ser compreendida como um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva de conhecimentos, onde a Educação Ambiental possibilita a compreensão das relações entre sociedade e natureza por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos. A partir dessa perspectiva, as atividades desenvolvidas buscaram promover o envolvimento dos alunos em processos de reflexão e

conscientização ambiental, estimulando a participação ativa na identificação e discussão dos problemas ambientais presentes em seu cotidiano. Tal abordagem está em consonância com os princípios da Educação Ambiental crítica, que visa não apenas transmitir informações, mas também desenvolver valores, atitudes e competências voltadas para a transformação social e ambiental (FREIRE, 1996).

Posteriormente, realizou-se a palestra interativa com os alunos da escola. Durante a atividade, foram abordados temas relacionados à preservação ambiental, descarte adequado de resíduos sólidos, conservação dos recursos naturais e responsabilidade socioambiental. A metodologia utilizada privilegiou a participação dos estudantes por meio de perguntas, debates e relatos de experiências, favorecendo a troca de conhecimentos e a construção coletiva da aprendizagem.

Ao longo da palestra, observou-se grande interesse e participação dos alunos, que compartilharam suas percepções acerca dos problemas ambientais existentes na escola e na comunidade. Essa participação evidencia a importância da utilização de metodologias participativas no processo educativo, uma vez que possibilitam maior envolvimento dos estudantes e favorecem a construção de conhecimentos significativos. Loureiro (2012), ressalta que a Educação Ambiental deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos e promover processos educativos capazes de desenvolver a consciência crítica dos indivíduos acerca das questões ambientais e sociais. Dessa forma, atividades que estimulam o diálogo e a participação dos estudantes contribuem para a formação de sujeitos mais comprometidos com a sustentabilidade e a cidadania.

Reigota (2009) menciona que a escola como espaço de questionamentos e construção de possibilidades, a educação ambiental é uma proposta que contempla o diálogo coletivo como aguçador de compreensão das interações e intervenções que realizamos nos diferentes ambientes. Portanto, acredita-se que as ações de educação ambiental serão oportunidades para os alunos se envolverem, refletirem e participarem das ações, na busca de um meio ambiente de qualidade.

Destaca-se que o desenvolvimento da educação ambiental no dia a dia é importante em todos os ambientes, frisa-se aqui o ambiente da escola *locus* onde acontece as interações sociais, sendo portanto, um espaço adequado para se propagar ações de educação ambiental, seja por qualquer tipo de ações, desde que seja recheada de criatividade, que busquem mudanças a sensibilidade e a consciência ambiental. Seja dos alunos, ou de todos que integram o ambiente escolar. Mas, é preciso asseverar que estas ações estejam devidamente em sintonia com o Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola, bem como reflitam as necessidades urgentes dos problemas ambientais que o ambiente escolar apresenta, além dos problemas ambientais do entorno onde a escola esteja inserida. Que haja um trabalho conjuntamente, escola, família e comunidade, que os projetos se realizem apenas por um ou dois professores, conduzindo-os alunos, mas sim que haja a integração de vários educadores e alunos, para que se possa alcançar a melhoria do meio ambiente de forma mais rápida. Santos (2016) no tocante a parceria escola e família faz a seguinte alusão:

que jamais escola e família devem caminhar em mundos antagônicos, pois ambas precisam entender que o caminho a percorrer “Instrução e Educação” só terá êxito se os dois estiverem unidos na mesma direção: a escola por sua vez, com um trabalho que favoreça o ensino, a aprendizagem, a cidadania dos alunos, e as famílias no papel de responsáveis por educar e formar seus filhos com atitudes corretas para integrar a sociedade. (p.161).

Desta forma, entende-se que a união da escola e família em um trabalho de educação ambiental, muito tem a contribuir com os alunos no sentido de buscar a sensibilidade para as questões ambientais, que se fazem bem presentes, além da aquisição de conhecimentos destes alunos na busca da sensibilidade (reforça-se) e da conscientização e reflexão dos alunos. Por um lado, a escola aprimora ações de educação ambiental, por outro a família dá inteira continuidade no convívio diário, pois desta forma muito será benéfico para ampliar as vivências de educação ambiental.

É importante frisar o desenvolvimento da educação ambiental, no sentido político, onde todos devem participar ativamente das ações nas escolas. Reigota (2009) faz menção da educação ambiental como instrumento político e realça: “desejamos estar para além da análise das relações naturais, contempla questões políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza, e as relações entre os seres humanos”. Logo, pensar em educação ambiental é também saber que cada ser humano precisa participar assiduamente, das ações que sejam desenvolvidas, em prol da

melhoria do ambiente onde se vive, então desta forma, todos são responsáveis e precisam ser agentes ativos “políticos” nas decisões do seu meio.

Os resultados obtidos durante a realização do projeto evidenciam que a parceria estabelecida entre universidade, escola e comunidade escolar constitui uma importante estratégia para a promoção da Educação Ambiental e para o fortalecimento de práticas voltadas à sustentabilidade. A receptividade da equipe gestora, o envolvimento dos professores e o interesse demonstrado pelos estudantes ao longo das atividades revelam a relevância de ações educativas que estimulem a reflexão crítica acerca das questões ambientais presentes no cotidiano. Além disso, a participação ativa dos alunos durante os momentos de diálogo e interação demonstrou que a abordagem participativa favorece a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da consciência ambiental e a formação de atitudes mais responsáveis em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, as atividades realizadas contribuíram não apenas para a ampliação dos conhecimentos dos participantes sobre a temática ambiental, mas também para o fortalecimento de valores voltados à cidadania, à corresponsabilidade socioambiental e ao compromisso com a preservação dos recursos naturais. Dessa forma, reafirma-se o potencial da Educação Ambiental como instrumento de transformação social, capaz de promover mudanças de comportamento e incentivar a construção de uma cultura de sustentabilidade no ambiente escolar e na comunidade em que os estudantes estão inseridos.

5. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam a relevância da escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, capazes de promover a sensibilização, a reflexão crítica e a construção da consciência ambiental dos estudantes. As atividades realizadas por meio do projeto de extensão contribuíram significativamente para aproximar os alunos das discussões relacionadas à preservação do meio ambiente, estimulando o desenvolvimento de atitudes mais responsáveis e comprometidas com o meio ambiente.

As palestras e demais atividades educativas mostraram-se estratégias eficazes para despertar o interesse dos estudantes pelas questões socioambientais, favorecendo a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. Além disso, observou-se que os alunos passaram a atuar como multiplicadores das informações adquiridas, compartilhando experiências e conhecimentos com familiares, amigos e demais membros da comunidade, ampliando o alcance das ações desenvolvidas no ambiente escolar.

Os resultados também demonstram que a Educação Ambiental não deve restringir-se à transmissão de conteúdos teóricos, mas constituir-se como um processo contínuo de formação cidadã, capaz de incentivar a reflexão sobre os padrões de consumo, o uso dos recursos naturais e os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente. Nesse sentido, torna-se fundamental promover práticas educativas que estimulem o protagonismo estudantil, a participação social e o senso de responsabilidade coletiva diante dos desafios ambientais contemporâneos.

Por meio dessas análises conclui-se que a Educação Ambiental desempenha papel essencial na formação de cidadãos críticos,

conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais sustentável. Sua inserção permanente no cotidiano escolar, articulada a projetos de extensão e ações participativas, representa um importante caminho para o fortalecimento da cidadania ambiental e para a busca de uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Dessa forma, investir em processos educativos voltados à sustentabilidade significa contribuir não apenas para a conservação do meio ambiente, mas também para a formação de indivíduos capazes de atuar de maneira ética, responsável e transformadora em seu contexto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em 14 de jun. de 2017.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de julh. de 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, Enrique. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformação do conhecimento. In: LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001. p. 133-168.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 5-26, maio 2006.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental? São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 22). 5ª reimpr. Da 2ª ed., 2009.

REIGOTA, Marcos. **A educação ambiental para além dela mesma.** Ambiente & Educação, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 11-22, 2009.

SANTOS, M. M. C. dos S. **Educação Ambiental e políticas públicas: vivências nas escolas municipais.** Curitiba (PR): CRV, 2016.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SOUSA, J. G.de. **História de Santarém**. 2026. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/institucional/historia-de-santarem>. Acesso em 02 de junho de 2026.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Intergovernmental Conference on Environmental Education: final report**. Tbilisi, USSR, 14-26 October 1977. Paris: UNESCO, 1978.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental – GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida – PPGSAQ, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - PPGSAQ pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental – GEPEEA da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, Pará, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Bacharel em odontologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida –PPGSAQ, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Bacharela em Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Bacharela em Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Mestre em Informática, foco em Inteligência Artificial e Informática na Educação - Ufam. Professor na Universidade Federal do Oeste do Pará/Ufopa, no Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas - ICTA. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - Gepeea/Ufopa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)